



DEZEMBRO 2024

# Desemprego e Medidas do IEFP

Capacitar e Preservar para Informar e Avançar PESSOAS – FSE+–00016300

Actividade 2

PUBLICAÇÕES NO DOMÍNIO DO EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATAÇÃO COLECTIVA



Co-financiado:



Cofinanciado pela  
União Europeia

## Informação sobre desemprego registado e medidas do IEFP em Dezembro de 2024

### Informação mensal do mercado de emprego

No final de Dezembro de 2024 havia 335,6 mil desempregados registados no centros de emprego do conjunto do país, 324 mil dos quais no continente. Houve um aumento tanto em termos mensais (+4,1% no país e +4,2% no continente), como em termos homólogos (+5,7% no país e +6,2% no continente). Desde 2021 que não havia um mês de Dezembro com mais desemprego registado.

Relativamente ao mês homólogo há mais 18 mil desempregados no total do país e quase mais 19 mil no continente, tendo havido aumentos em todas as regiões do continente e diminuição nas regiões autónomas. Em termos mensais todas as regiões viram o desemprego registado aumentar mas mais as do continente.

### Desemprego registado no final do mês

	DEZEMBRO 2024		Variação			
			Mês anterior		Mês homólogo <sup>(1)</sup>	
			Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
<b>PORTUGAL</b>	<b>335 665</b>	<b>100,0</b>	<b>+13 117</b>	<b>+4,1</b>	<b>+18 006</b>	<b>+5,7</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>324 162</b>	<b>96,6</b>	<b>+13 045</b>	<b>+4,2</b>	<b>+18 920</b>	<b>+6,2</b>
Norte	126 936	37,8	+2 753	+2,2	+5 095	+4,2
Centro	44 594	13,3	+ 554	+1,3	+2 026	+4,8
Lisboa V. Tejo	110 655	33,0	+4 067	+3,8	+10 317	+10,3
Alentejo	18 267	5,4	+1 242	+7,3	+1 323	+7,8
Algarve	23 710	7,1	+4 429	+23,0	+ 159	+0,7
<b>REG. AUTÓNOMAS</b>	<b>11 503</b>	<b>3,4</b>	<b>+ 72</b>	<b>+0,6</b>	<b>- 914</b>	<b>-7,4</b>
Açores	4 672	1,4	+ 38	+0,8	- 145	-3,0
Madeira	6 831	2,0	+ 34	+0,5	- 769	-10,1

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego.

Entre os desempregados registados no IEFP há um número significativo de cidadãos estrangeiros. Em Dezembro o seu número era de 69,5 mil no continente, aumentando 23,7% face ao mês homólogo e 8,6% face ao mês anterior. Representam 21,4% do total de desempregados inscritos, quando em 2021/2022 representavam 11%. Mas nas novas inscrições representam 37% do total. Em quase 2/3 dos casos (62%) são reinscrições, dada a forte precariedade a que estão sujeitos. A nacionalidade mais representativa dos inscritos estrangeiros é a brasileira (37% do total).

Top 10	Total	%	Género		Grupo etário			
			Homens	Mulheres	< 25 anos	25 anos-34 anos	35-54 anos	55 + anos
BRASIL	26106	37,5	10 358	15 748	2 358	8 478	13 160	2 110
ANGOLA	7359	10,6	2 923	4 436	1 215	2 469	3 126	549
ÍNDIA	5291	7,6	4 409	882	627	2 772	1 831	61
NEPAL	5049	7,3	3 371	1 678	306	2 507	2 208	28
UCRÂNIA	3344	4,8	886	2 458	217	584	1 806	737
GUINÉ-BISSAU	3194	4,6	1 329	1 865	443	1 458	1 114	179
CABO VERDE	2650	3,8	1 038	1 612	526	964	891	269
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	2423	3,5	818	1 605	574	786	872	191
BANGLADESH	2082	3,0	1 834	248	136	885	1 027	34
PAQUISTÃO	1 158	1,7	974	184	124	489	507	38

Nesse mês havia cerca de 25,6 mil pessoas com deficiência inscritas nos centros de emprego do continente, dos quais perto de 15,6 mil são desempregados em sentido estrito, representando 4,8% do total de desempregados inscritos. O seu número está também a aumentar.

Com os desempregados ocupados em programas de emprego e formação profissional (76,6 mil no país e 73 mil no continente) o número de desempregados que se inscrevem aos centros de emprego ultrapassa as 412 mil pessoas no país e 397 mil no continente, um número mais próximo do desemprego real.

A maioria dos desempregados ocupados do continente (70%) frequenta formação profissional, está inserida em Contratos Emprego-Inserção (16%) ou em estágios do IEFP (14%). Na maioria dos casos os Contratos Emprego-Inserção são uma forma de desempenho de tarefas permanentes - nomeadamente na Administração Local - utilizando o trabalho de desempregados subsidiados em vez os contratar de forma permanente e com salários dignos. Já a formação profissional para desempregados tem uma taxa de emprego subsequente muito baixa (na ordem dos 20%) e apenas os estágios têm uma taxa de integração alta (embora com precariedade elevada), não sendo disponibilizada informação sobre os salários praticados. Há falta de transparência relativamente a estas medidas.

Ainda que a diminuir, os desempregados ocupados têm um peso de 18,6% no total de desempregados que procuram os centros de emprego do país e de 18,4% no continente, mas ultrapassa os 25% nos distritos Castelo Branco, Coimbra e Viseu, indo além dos 30% em Bragança e Guarda, contribuindo para amortecer socialmente o desemprego mas sem que se resolva o efectivo problema de emprego dos desempregados. Entre os desempregados com deficiência a taxa de ocupação era superior a 35% no continente.

Mesmo incluindo os desempregados ocupados, ficam ainda de fora da contabilização real do desemprego os desempregados que não se inscrevem nos centros de emprego por terem esgotado as suas prestações de desemprego, bem como os que a elas não têm acesso por não terem conseguido efectuar descontos para a segurança social no período mínimo exigível ou que nem sequer efectuaram descontos devido à precariedade laboral – sendo os jovens e os imigrantes os mais atingidos -, havendo ainda muitos outros que, por não encontrarem as respostas necessárias junto dos serviços de emprego, também não se registam ou desistem de continuar registados.

Os maiores aumentos do desemprego registado no país em termos homólogos ocorreram entre os menores de 25 anos (+8,2%, tendo os maiores de 25 anos crescido 5,4%), os homens (+5,8%, com as mulheres a aumentar 5,5% e representando mais de 55% dos desempregados registados) e os desempregados com ensino secundário (+13%, crescendo também todos os outros graus de ensino com excepção do 1º ciclo).

O desemprego de longa duração está a aumentar em termos absolutos, ainda que tenha diminuído em termos relativos, pois o novo desemprego cresce mais. Atinge perto de 36% dos desempregados registados no país, sendo especialmente elevado no Alentejo (57%) e no Centro (44%).

### Desemprego registado no final do mês, Portugal

	DEZEMBRO 2024		Variação					
			%		Mês anterior		Mês homólogo(1)	
			Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
<b>PEDIDOS DE EMPREGO</b>	<b>470 629</b>	<b>100,0</b>	<b>+4 358</b>	<b>+0,9</b>	<b>-2 765</b>	<b>-0,6</b>		
DESEMPREGO REGISTADO	335 665	71,3	+13 117	+4,1	+18 006	+5,7		
EMPREGADOS	41 700	8,9	- 884	-2,1	-2 095	-4,8		
OCUPADOS	76 647	16,3	-5 960	-7,2	-18 388	-19,3		
INDISPONÍVEIS TEMPORÁRIA	16 617	3,5	-1 915	-10,3	- 288	-1,7		
<b>DESEMPREGO REGISTADO</b>	<b>335 665</b>	<b>100,0</b>	<b>+13 117</b>	<b>+4,1</b>	<b>+18 006</b>	<b>+5,7</b>		
Homens	150 401	44,8	+7 915	+5,6	+8 311	+5,8		
Mulheres	185 264	55,2	+5 202	+2,9	+9 695	+5,5		
< 25 anos	37 772	11,3	- 70	-0,2	+2 861	+8,2		
>= 25 anos	297 893	88,7	+13 187	+4,6	+15 145	+5,4		
Inscritos < 1 ano	215 776	64,3	+11 210	+5,5	+13 052	+6,4		
Inscritos >= 1 ano	119 889	35,7	+1 907	+1,6	+4 954	+4,3		
Primeiro Emprego	32 509	9,7	- 342	-1,0	+3 332	+11,4		
Novo Emprego	303 156	90,3	+13 459	+4,6	+14 674	+5,1		
Nenhum Nível de Instrução	29 695	8,8	+1 688	+6,0	+ 763	+2,6		
Básico - 1º Ciclo	36 998	11,0	+ 968	+2,7	-2 137	-5,5		
Básico - 2º Ciclo	42 740	12,7	+2 003	+4,9	+ 563	+1,3		
Básico - 3º Ciclo	61 196	18,2	+2 690	+4,6	+2 257	+3,8		
Secundário	124 518	37,1	+5 148	+4,3	+14 340	+13,0		
Superior	40 518	12,1	+ 620	+1,6	+2 220	+5,8		

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego.

Os dados distribuídos pelo Conselho Directivo para a reunião do Conselho de Administração referem que cerca de 215 mil desempregados registados no IEFP têm protecção social, ou seja, a maioria do desemprego registado (atinge os 68% entre os portugueses e 59% entre os estrangeiros, sendo de 66% no conjunto dos desempregados).

Há que questionar que protecção é esta, que prestações estão a ser pagas e qual o seu valor, uma vez que apenas uma parte diz respeito à protecção no desemprego - o tipo de protecção que interessa aqui analisar pela sua relação com o desemprego.

Segundo dados fornecidos pelo IEFP a pedido da CGTP-IN, no final do mês em análise apenas 152 mil trabalhadores desempregados beneficiavam de prestações de desemprego no continente, ou seja, apenas 47% do total de inscritos nos centros de emprego, portanto muito longe dos 215 mil e dos 66%, referidos atrás.

E os que tinham prestações de desemprego confrontavam-se com valores muito baixos: em média 633 euros no conjunto dos vários subsídios, um valor ao nível do limiar da pobreza (632 euros)<sup>1</sup>.

O subsídio de desemprego, que abrange 80% dos desempregados subsidiados, é inferior a 675 euros, em média, seguindo-se o subsídio social de desemprego subsequente (449 euros) e o subsídio social de desemprego (cerca de 428 euros).

<sup>1</sup> Fonte: IEFP para o número de subsidiados (dados do continente), II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social para o valor das prestações de desemprego (dados do país) e INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2024 para a pobreza (dados referentes ao conjunto do país).

A baixa cobertura e os valores prestacionais reduzidos quer das prestações de desemprego, quer das restantes, determinam que a percentagem de desempregados na pobreza mesmo após as transferências sociais seja de 44%, ou seja, um em cada dois desempregados é pobre.

A precariedade é a principal causa de desemprego com 55,8% dos trabalhadores desempregados que se registaram ao longo do mês nos centros de emprego do continente porque o seu contrato a prazo acabou, tendo o seu peso aumentado face ao ano passado, quando era de 54,7%.

As ofertas de emprego e as colocações estão a diminuir mas, para além da quantidade, importa aferir da sua qualidade, desde logo ao nível dos vínculos e salários, sem prejuízo de outras dimensões importantes.

Mais de 2/3 das colocações efectuadas em 2024 no continente foram a termo (69%), tendo piorado face ao ano passado (a percentagem era de 54%) e os salários pagos são, em média, baixos: 908 euros brutos no mês em análise, não muito acima do salário mínimo nacional e muito longe do salário médio mensal bruto do país (1.216 euros, valor calculado pelo INE a partir de dados da Segurança Social<sup>2</sup>).

#### **IV. Execução Física e Financeira**

Centramos a nossa análise na execução física.

O número de abrangidos por medidas do IEFP em 2024 aumentou 8% em relação ao ano anterior, tendo diminuído 16,6% na área do emprego (13,2% nas colocações) e 23,5% na Reabilitação Profissional. Aumentou 18,1% na formação profissional (+28,4% nos centros de gestão directa e apenas 1,4% nos centros de gestão participada).

<b>ATIVIDADE OPERACIONAL</b>						
<b>MEDIDAS</b>	<b>dezembro / 2023</b>		<b>dezembro / 2024</b>		<b>Var. %</b>	
	<b>Abrangidos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Abrangidos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Abrangidos</b>	<b>Pagamentos</b>
<b>EMPREGO</b>	<b>185 547</b>	<b>373 077 741</b>	<b>154 726</b>	<b>353 534 236</b>	<b>-16,6</b>	<b>-5,2</b>
Programas de Emprego	96 380	373 077 741	77 341	353 534 236	-19,8	-5,2
Colocações	89 167		77 385		-13,2	-
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>573 292</b>	<b>308 415 516</b>	<b>677 049</b>	<b>347 242 233</b>	<b>18,1</b>	<b>12,6</b>
IEFP, IP	396 417	210 201 899	509 046	240 224 514	28,4	14,3
Centros de Gestão Participada	165649	89 967 778	168 003	96 648 162	1,4	7,4
Ações em Cooperação com Outras Entida	11226	8 245 838	0	10 369 557	-100,0	25,8
<b>REABILITAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>37 580</b>	<b>52 164 766</b>	<b>28 732</b>	<b>63 265 335</b>	<b>-23,5</b>	<b>21,3</b>
IEFP, IP	26546	44 536 616	25 783	54 801 273	-2,9	23,0
Centros de Gestão Participada - Reabilitaç	3533	7 628 150	2 949	8 464 062	-16,5	11,0
Organismo Intermédio - Reabilitação	7501	0	0	0	-100,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>796 419</b>	<b>733 658 023</b>	<b>860 507</b>	<b>764 041 803</b>	<b>8,0</b>	<b>4,1</b>

<sup>2</sup> Fonte: INE, Remuneração bruta mensal média por trabalhador – Setembro de 2024. Valor referente ao 3º trimestre de 2024. Últimos dados disponíveis.

## ➤ Emprego

As medidas com maior execução esta área em termos de número de abrangidos são: (i) os estágios com 26,2 milhares (execução de 71% face ao previsto); (ii) as relacionadas com o chamado trabalho socialmente necessário com perto de 23,8 milhares, que são fundamentalmente os Contratos Emprego Inserção (execução de 96,4%); (iii) os apoios à contratação com 21,2 milhares (execução de 96,6%).

*A execução em análise ainda versa sobre as medidas que o actual governo revogou (mas que se mantêm em execução porque as candidaturas já tinham sido efectuadas), substituindo-as por outras acerca das quais nos pronunciámos mas que não resolvem a maioria dos problemas por nós identificados.*

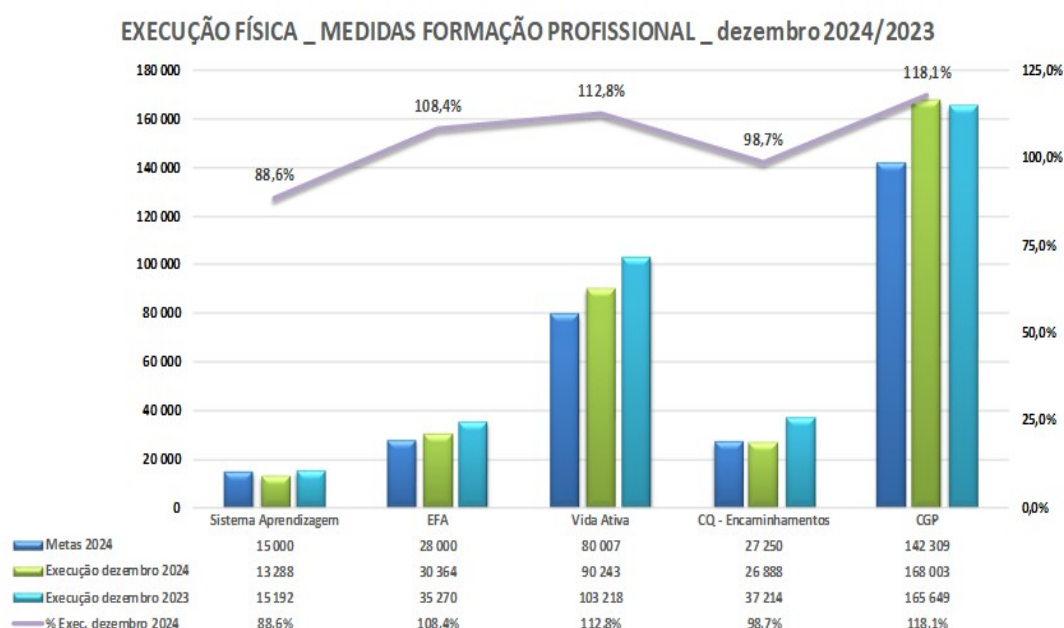
Temos muitas reservas sobre o conteúdo e utilização que é feita destas medidas, além de faltarem dados sobre o emprego subsequente à participação das medidas, vínculos e salários praticados e se as funções são adequadas às competências dos trabalhadores.

Nos *Estágios ACTIVAR.PT*, as bolsas deveriam estar indexadas ao salário mínimo nacional e não ao IAS, uma vez que se trata de trabalho e de relações de trabalho e não de apoios sociais. A legislação não impede que as entidades promotoras contratem sucessivos estagiários para desempenharem na empresa as mesmas exactas funções. *Estas questões não encontraram resposta nas alterações efectuadas no quadro dos Estágios Iniciar e dos Estágios + Talento, que vieram substituir os Estágios ACTIVAR.*

Nos *Contratos Emprego-Inserção* impõe-se a sua fiscalização para garantir que os desempregados não ocupam postos de trabalho permanentes. A CGTP-IN defende que os trabalhadores desempregados não podem ser tratados como mão de obra barata disponível e empurrados para o desempenho de funções para as quais não dispõem de competências mínimas nem de formação adequada. A CGTP-IN reafirma que o reforço de trabalhadores nestes serviços deve ser feito através da contratação regular de trabalhadores com formação e competências adequadas às funções, mediante contrato de trabalho, sujeito às condições de trabalho e retribuição praticadas no sector, em conformidade com as normas legais e convencionais aplicáveis.

Nos apoios à contratação existem várias medidas em execução, destacando-se o *Compromisso Emprego Sustentável*. A CGTP-IN tem valorizado que se destine apenas à contratação sem termo, mas a obrigação de manter o contrato apoiado e o nível de emprego alcançado por via do apoio apenas durante 24 meses não faz qualquer sentido dada a natureza do contrato ser permanente, estando a CGTP-IN também em desacordo com a dispensa, directa ou indirecta, de pagamento de contribuições da segurança social da responsabilidade da entidade patronal. *Na nova legislação eliminou-se a dispensa, directa ou indirecta, de pagamento de contribuições da segurança social da responsabilidade da entidade patronal, o que é positivo, mas a obrigação de manter o contrato apoiado e o nível de emprego alcançado por via do apoio continua a ser de apenas 24 meses.*

## ➤ Formação profissional



Em termos gerais, observa-se que a execução relativa à formação profissional apresenta as seguintes tendências:

- Confirmam-se, as maiores dificuldades na execução no sistema de Aprendizagem, como a CGTP-IN foi dizendo ao longo do ano, e que já se fazia sentir nos dados de Outubro (82,1% de execução à data), apresentando uma diminuição em relação ao período homólogo de 2023, o que pode denotar uma elevada taxa de absentismo, desistências, etc., o que é comum, infelizmente, nesta modalidade. A CGTP-IN volta a chamar á atenção para a necessidade de se desenvolverem instrumentos para resolver ou mitigar este problema, embora, reconheça-se, estamos perante uma modalidade que tem cada vez menos importância face às restantes disponíveis para o mesmo grupo.

- No caso dos EFA, a execução está em linha com os dados conhecidos ao longo do ano, reflectindo uma evidência que a CGTP-IN tem vindo a reivindicar e que se prende com a necessidade de aumentar a oferta absoluta de EFA para os desempregados e, especialmente, os desempregados de longa duração. Os dados demonstram que estes cursos, qualificantes, têm procura elevada e merecem, por isso, maior atenção. Com efeito, a execução ficou nos 108,4%, o que confirma esta tese e demonstra que a CGTP-IN tinha razão quando alertou para a fixação em baixa da meta anual de 2024.

- No caso da Vida Ativa, comprova-se também a facilidade na sua execução e a necessidade de aumentar a oferta, uma vez que, em resultado da desaceleração económica que se avizinha, mais formação será necessária no futuro. Importaria saber em que medida o Vida Ativa apresenta estes dados de execução, se tal resulta de uma procura maior ou se, à falta de oferta suficiente em relação aos EFA, os utentes estão a ser encaminhados, em alternativa, pelos centros de emprego, para esta modalidade que não é directamente qualificante.

- No caso dos Centros Qualifica, regista-se o salto na execução e a grande recuperação, contudo, com 98,7% de execução em Dezembro e considerando as dificuldades neste tipo de oferta, a CGTP-IN sublinha a realização de quase 100% da meta, o que representou um avanço

em relação ao ano de 2023. Continuamos, contudo, com parca informação sobre o trabalho do IEFP em matéria de Centros Qualifica, embora saibamos que a meta de encaminhamentos, entre CGP e CGD, foi ultrapassada em 44% (144% de execução).

- No caso dos centros de gestão participada, constatamos a elevadíssima execução, ficando ligeiramente acima de 2023. Contudo, em todas as restantes modalidades, o IEFP ficou abaixo da execução desse ano.

A realidade da execução mostra-nos que, pelo menos em algumas áreas, existe a possibilidade real de a oferta formativa do IEFP ser insuficiente. Afinal, com excepção da Aprendizagem e encaminhamentos Qualifica, a execução ultrapassou a meta.

## Sucesso formativo e Igualdade de Género na formação

Dados acumulados de dezembro /2024

### Centros de Gestão Direta + EFE



### Centros de Gestão Participada



Nos centros de gestão directa + EFE, observamos um número de abrangidos bastante elevado e, na nossa opinião, a execução reflecte que 36% dos utentes são desempregados, o que, à partida, considerando que 64% não o são, tal significa que a maioria dos utentes estão empregados, faltando saber de que situação face ao “emprego” se está a falar. Este número reduz-se ainda mais nos Centros de Gestão Participada (29%).

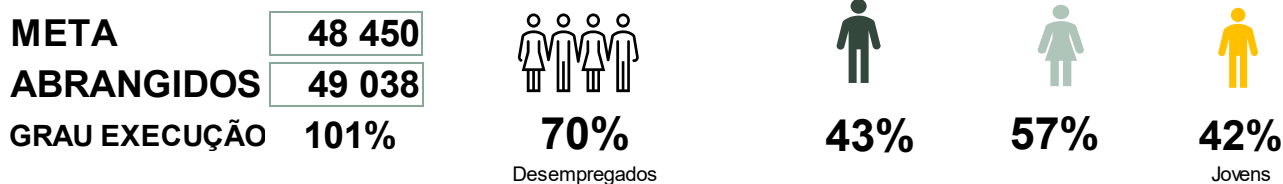
De referir que, as mulheres já constituem a maioria do público dos centros, com maior diferença para os CGD, tendência que se veio a manter no segundo semestre do ano, no caso dos CGD.

É preocupante termos 11 e 13% de jovens, respectivamente entre CGD e CGP, como utentes da formação IEFP.

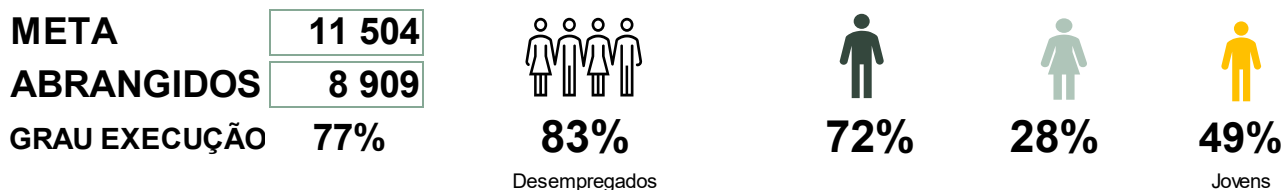
## Formação de longa duração (EFA, Aprendizagem e CET)

Dados acumulados de dezembro /2024

### Centros de Gestão Direta + EFE



### Centros de Gestão Participada



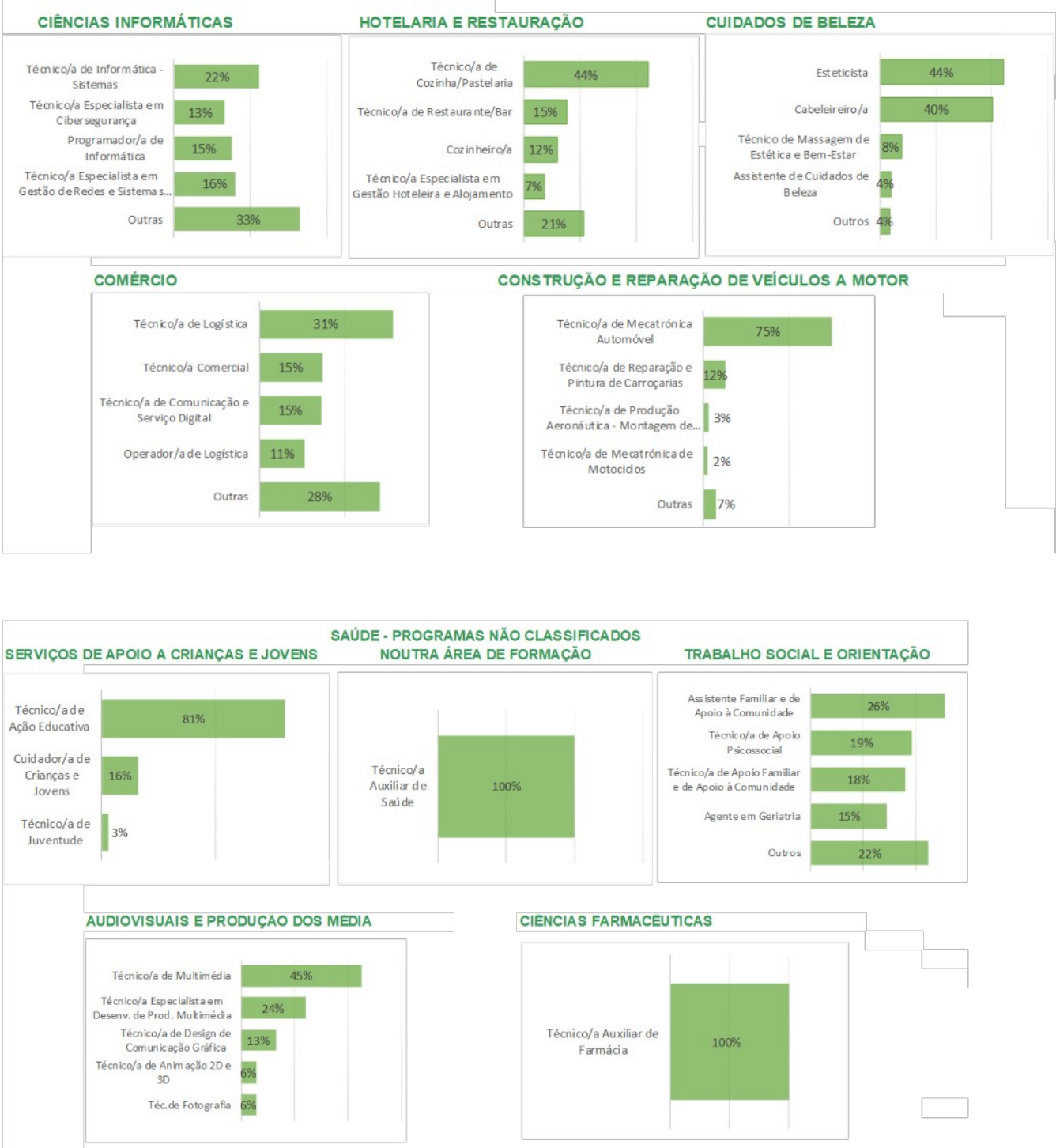
Em conexão com a secção anterior, os dados relativos aos jovens ganham relevância porque nas formações de longa duração (EFA, Aprendizagem e Especialização tecnológica), registamos também o elevado número de jovens nos centros de gestão directa e de gestão participada, com 42% e 49%, respectivamente e que coincidirão, grosso modo, com os dados globais de 11 e 13% referidos anteriormente. Contudo, esta situação demonstra que uma parte importante dos jovens tem dificuldades de acesso ao emprego.

Seria importante perceber em que medida se tratam de jovens com dificuldades na procura de emprego ou se, por outro lado, são jovens à procura de requalificação e que, por essa razão, optam por não procurar emprego com a mesma intensidade. Uma vez que a formação IEPF, no caso dos jovens, é de natureza subsidiária em relação ao sistema de educação e ensino superior, estes dados podem revelar uma situação preocupante no que toca ao desemprego jovem, no nosso país.

## Saídas Profissionais

Dados acumulados de dezembro /2024

## Centros de Gestão Direta + EFE



Em termos de áreas de formação, os dados revelam uma enorme propensão para a formação em áreas ligadas aos serviços, o que, infelizmente releva para efeitos de tecido produtivo nacional, muito desindustrializado e gerador de saídas, em regra, de baixos salário e baixo valor acrescentado. Seria importante obter dados sobre a taxa de emprego pós formação.

## Insucesso Formativo

Dados acumulados de dezembro /2024

### Centros de Gestão Direta + EFE Centros de Gestão Participada

**49 038**

Abrangidos

**8 909**

Abrangidos

#### Principais Áreas de Formação

Áreas de Formação	Abrangidos	%
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	4 291	8,7%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	3 891	7,9%
CUIDADOS DE BELEZA	3 765	7,7%
COMÉRCIO	3 740	7,6%
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS A MOTOR	3 386	6,9%
SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	2 853	5,8%
SAÚDE - PROGRAMAS NÃO CLASSIFICADOS NOUTRA ÁREA DE FORMAÇÃO	2 580	5,3%
TRABALHO SOCIAL E ORIENTAÇÃO	2 203	4,5%
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MÉDIA	1 998	4,1%
CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS	1 963	4,0%
Outras áreas	18 368	37,5%

Nº Formandos integrados em Percursos terminados no ano\*

**15 927**

Tx. Aprovação

**44,3%**

Tx. Reprovação

**13,9%**

Tx. Desistência

**37,4%**

A aguardar avaliação

**4,3%**

Áreas de Formação	Abrangidos	%
METALURGIA E METALOMECÂNICA	2 749	30,9%
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	715	8,0%
ELECTRICIDADE E ENERGIA	675	7,6%
INDÚSTRIAS DO TÊXTIL, VESTUÁRIO, CALÇADO E COURO	534	6,0%
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MÉDIA	450	5,1%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	438	4,9%
ELECTRÓNICA E AUTOMAÇÃO	401	4,5%
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS A MOTOR	363	4,1%
SECRETARIADO E TRABALHO ADMINISTRATIVO	360	4,0%
CONSTRUÇÃO CIVIL E ENGENHARIA CIVIL	351	3,9%
Outras áreas	1 873	21,0%

Nº Formandos integrados em Ações terminadas no ano\*

**3 255**

Tx. Aprovação

**45,8%**

Tx. Reprovação

**3,6%**

Tx. Desistência

**13,1%**

A aguardar avaliação

**37,5%**

\* Estes dados não incluem formandos que estão ainda em formação ou que, tendo desistido em 2024, o fizeram em percursos/ações ainda não terminadas. Inclui, no entanto, desistências ocorridas em anos anteriores, desde que correspondam a percursos/ações concluídas em 2024.

A CGTP-IN continua a verificar a elevada taxa de absentismo e insucesso formativo, algo que deve ser estudado em maior profundidade, especialmente nos casos da formação e longa duração.

Já quando desagregados os dados, e apenas apreciados os números relativos às ofertas de longa duração, verificamos que a taxa de aprovação dos Centros de Gestão Directa continua mais baixa do que nos CGP com uma taxa de reprovação também muito mais elevada. Em matéria de desistência, a disparidade é demasiado evidente. Daí que a CGTP-IN considere que se justifica fazer um estudo sobre as seguintes questões:

- Como são tratados os dados da aprovação, reprovação e desistência? Será que o processo é igual e obedece a critérios uniformizados entre CGD e CGP?

- Porque razão dos CGP existem tantos a esperar avaliação, o que não sucede nos CGD? Serão os métodos de avaliação iguais ou similares?

Estas questões remetem para a importância da uniformidade em matéria de qualidade na formação.

Acresce ainda que:

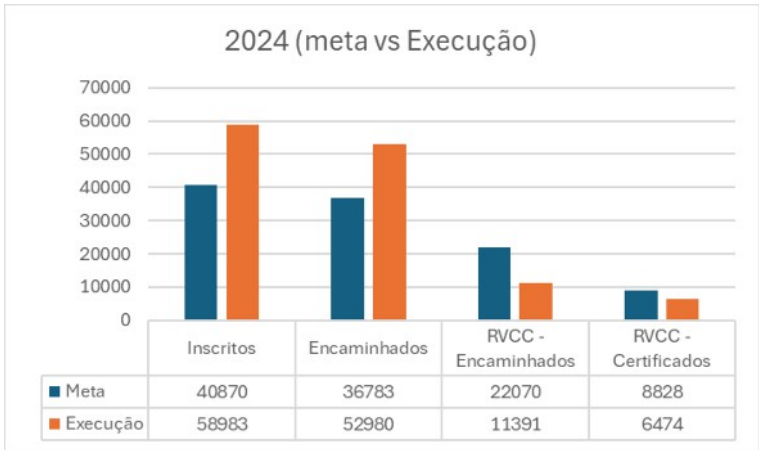
- Como é realizado o acompanhamento e integração psicossocial dos formandos nestes cursos, no caso dos CGP e CGD e que diferenças existem entre os dois?
- Que medidas de estudo e transmissão de boas práticas estão a ser desenvolvidas dentro do IEFP para que a organização possa aplicar os melhores requisitos de qualidade?
- Os dados que referem “a aguardar avaliação” reflectem o quê? Faltas documentais?
- Quais as diferenças em termos burocráticos, no tratamento da informação e das evidências documentais para emissão de certificados?

Estas questões continuam a ser relevantes até para tentar-se resolver a elevadíssima taxa de desistência nos EFA, que apresentam taxas de desistência acima dos 35,2% a que se adiciona uma taxa de reprovação de 13,8% nos CGD. Aliás, nos próprios CGD a taxa de desistência (33,7%) e reprovação (13,7%) nos CET também é preocupante. Serão dificuldades com a selecção? Ou de adaptação à formação? A CGTP-IN defende que deveria fazer-se alguma luz sobre esta situação, pois o facto é que na formação modular tudo muda, passando-se a taxas de reprovação e desistência menos massivas.

## PRR e Emprego + Digital

A execução de 111, 18% das verbas do PRR, com uma meta de utentes abrangidos também ultrapassada (222.454), é uma boa notícia, mas será importante medir o impacto real desta formação em matéria de acesso ao emprego.

Atividade	Metas 2024			Abrangidos (31/12/2024)			Taxa execução (31/12/2024)		
	CGD	CGP	Total	CGD	CGP	Total	CGD	CGP	Total
<b>Inscritos</b>	27250	13620	<b>40870</b>	42942	16041	<b>58983</b>	158%	118%	<b>144%</b>
<b>Encaminhados</b>	24525	12258	<b>36783</b>	39135	13845	<b>52980</b>	160%	113%	<b>144%</b>
<b>RVCC - Encaminhados</b>	14715	7355	<b>22070</b>	8784	2607	<b>11391</b>	60%	35%	<b>52%</b>
<b>RVCC - Certificados</b>	5886	2942	<b>8828</b>	5034	1440	<b>6474</b>	86%	49%	<b>73%</b>



Em matéria de Centros Qualifica, importa referir que, no caso dos RVCC, parece haver dificuldade na consecução das metas estabelecidas, com especial relevância para os CGP. Face à disparidade, a CGTP-IN questiona-se se não terá havido um sobredimensionamento da meta e, se parte desses trabalhadores não deveriam ter sido encaminhados para soluções formativas estruturadas.

**GES/CGTP-IN**